

VIOLÊNCIA, INTOLERÂNCIA E CORPO FEMININO: ANALISANDO AS REAÇÕES DISCURSIVAS NA MÍDIA EM TORNO DA PRÁTICA DE AMAMENTAÇÃO

(Violence, intolerance and female body: analysing the discursive reactions in the media around the practice of the breastfeeding)

Maria Carmen Aires Gomes¹
(Universidade Federal de Viçosa)

ABSTRACT

This article analyzes how discursive readers react, in the space of comments, to the topic of the news, published in the Brazilian digital space, which deals Projeto de Lei that allows mothers to breastfeed their babies in public, without are prevented. This study is based not only on Queer's assumptions about gender performativity (BUTLER, 1997, 1998, 2015), but also on the linguistic-discourse categories of critical discursive studies (FAIRCLOUH, 2001, 2003). and Recuero's (2013, 2014a, 2014b) research on computer-mediated interaction. The question that surrounds this controversy is not, of course, the importance and necessity of breastfeeding, but the fact that we live in a sexist, misogynist society, dominated by the perspectives and norms enacted and performatized by masculinities and some femininities.

Keywords: *Discursive reaction. Queer theory. Female body. Symbolic violence.*

RESUMO

Este artigo analisa a forma como os leitores/as reagem discursivamente, no espaço dos comentários, ao tema da notícia, publicada no espaço digital brasileiro, que trata do Projeto de Lei que permite às mães amamentarem, em público, os seus bebês, sem que sejam impedidas. Este estudo se embasa não só nos pressupostos queer's sobre performatividade de gênero (BUTLER, 1997, 1998, 2015), mas também nas categorias linguístico-discursivas dos estudos discursivos críticos (FAIRCLOUH, 2001, 2003), do sistema de avaliatividade (WHITE, 2004) e das pesquisas de Recuero (2013, 2014a, 2014b) sobre interação mediada por computador. A questão que perpassa essa polêmica não se trata, claro, da importância e da necessidade do aleitamento materno, mas o fato de que vivemos em uma sociedade sexista, misógina, dominada pelas perspectivas e normas ensejadas e performatizadas pelas masculinidades e algumas feminilidades.

Palavras-chave: *Reação discursiva. Teoria Queer. Corpo feminino. Violência simbólica.*

INTRODUÇÃO

“O corpo é meu e eu exijo respeito!”, “Amamentar é o meu direito, tira o olho do meu peito!”, “Lugar de amamentar uma criança é onde ela sentir fome”. A essas vozes afirmativas e empoderadas misturam-se outras tantas todos os dias nas nossas mais variadas práticas sociais. Os discursos acima afirmativos mostram uma evidente defesa de uma política corporal que exige determinadas atitudes e comportamentos, além de uma ética do ser, principalmente a da ontologia dos corpos femininos (BUTLER, 1998; 2015). A vigilância sobre os corpos femininos tem sido

¹ Professora Associada II, do Departamento de Letras, da Universidade Federal de Viçosa, e também pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Letras, do referido Departamento. Professora Colaboradora do POSLIN/UFMG, como orientadora de Doutorado e Supervisora de Pós-doutorado. PHD em Estudos Linguísticos e Estudos da Linguagem, pela PUCSP (2010) e UnB (2017).

marcadamente uma das mais evidentes, naturalizadas e, na grande maioria das vezes, cruéis e violentas.

Neste texto, me deterei a um tipo de corpo feminino: o corpo feminino da amamentação. Analisarei a forma pela qual os leitores reagem discursivamente em espaços digitais acerca da prática da amamentação em local público, cujo corpo pode ficar em evidência. As construções discursivo-ideológicas acerca do corpo feminino da amamentação produzidas por leitores/as em contexto de práticas midiáticas digitais serão analisadas por meio do que Nogueira (2015)² denominou de “reações discursivas”, mas ampliada por AUTOR (2016), neste artigo. O texto que deu origem a esse estudo foi veiculado no portal G1, São Paulo, no dia 14/04/2015, e tratava do projeto de lei aprovado pelo Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, cujo objetivo é multar o estabelecimento, pessoa ou instituição que impedir a prática da amamentação em público. A notícia intitula-se: *Haddad aprova lei para multar quem impedir amamentação em público*, cujo subtítulo é: *Estabelecimentos da capital estão sujeitos à multa de R\$ 500. Projeto foi criado após mãe ser impedida de amamentar em público no Sesc*.

Uma das questões que merecem ser colocadas em xeque, cotidianamente, em nossa sociedade é a violência, principalmente, a simbólica, cometida contra mulheres seja em qualquer espaço: acadêmico, empresarial, doméstico, rural. As violências estão (e são) continuamente materializadas nas relações de poder multifomes, algumas delas, por exemplo, “visivelmente mais perigosas e ameaçadoras do que outras.” (SILVA, 2001, p.147). Destaco e articulo, na próxima seção deste texto, quatro palavras que orientarão inicialmente as reflexões sobre o objeto em estudo: *violência, diferenças, intolerância e corpos femininos*. Para em seguida, apresentar a ferramenta analítica e categorias empregadas, para, por fim, explanar criticamente acerca das reações discursivas produzidas pelos/as leitores/as acerca do Projeto que permite a prática da amamentação em locais públicos e as questões decorrentes dela.

1. VIOLÊNCIA, DIFERENÇA, INTOLERÂNCIA E CORPOS FEMININOS

Tadeu da Silva (2001, p.86) nos chama atenção, de maneira provocativa, para o fato de que há uma “ingenuidade”, ou mesmo uma pretensa humanidade, na forma como pensamos as práticas relativas ao ato de tolerar e respeitar a diferença entre as diversas culturas, já que tais ações não são

² A noção de “reações discursivas” foi desenvolvida por Nogueira (2015) em sua dissertação de mestrado denominada Facebook como espaço de legitimação virtual: uma análise de posts e reações discursivas em páginas de ONGs ambientais.

desvinculadas das relações de poder. Concordando com o pesquisador, podemos problematizar que há “uma certa superioridade por parte de quem mostra ‘tolerância’” (p.88), pois quem tolera, tolera o quê exatamente? Que tipo de informação, prática ou conteúdo? Tolerar a quem? E de que forma?. Do ponto de vista crítico, podemos pressupor que essa tolerância (e, obviamente, a intolerância) é constituída e atravessada pelas relações de poder, e pelos micropoderes (e micropolíticas) atrelados, principalmente, às instituições e aos discursos universalizantes (BUTLER, 2011). Assim que falar sobre intolerância implica não só pensar no outro, naquilo que é diferente aos nossos olhos e práticas, mas também no tipo de relação que estabelecemos com o outro (com o diferente), e na forma como somos constituídos pelas questões sociais, culturais, históricas e estruturais que entrecruzam as relações entre o eu e o outro. (BUTLER, 2015).

Barros (2015, p.63), no âmbito dos estudos discursivos, argumenta que a intolerância é construída no (e pelo) discurso e pode se realizar a partir de três aspectos: (i) a organização narrativa, como os discursos de sanção; (ii) o caráter fortemente passional, com ênfase nas paixões de medo e ódio e (iii) os percursos temáticos da diferença. Podemos assumir junto com a pesquisadora que as construções discursivas intolerantes atravessadas e constituídas nos corpos/sujeitos retratados como diferentes e materializadas em textos de práticas midiáticas, por exemplo, se constroem a partir de algumas organizações macro-semânticas: (i) anormalidade do diferente, que age contra os padrões hegemônicos; (ii) a patologização da diferença, o corpo/sujeito é retratado como doente, louco ou obeso; e (iii) a moralidade do corpo atrelada à sua configuração física, estética.

Não podemos negar que, ao problematizar a tolerância/intolerância, estamos falando da construção da diferença, que por si só é constitutiva da vida em sociedade, portanto, produtiva. Furlani (2011), refletindo sobre como viabilizar a diferença nos currículos escolares, lança-nos uma provocação: “Seria a intolerância uma expressão da dificuldade humana em aceitar a diferença?” Seria a imposição de padrões ditos normais uma demonstração do quanto a humanidade é limitada em considerar a multiplicidade [...] como algo bom, positivo e desejável?” (p.53). Considerando que é a sociedade, por meio das práticas e ações sociais, quem produz e reproduz os padrões e modelos (e estilos) de vida a serem seguidos, e faz isso por meio da linguagem e do discurso, podemos assumir que são as nossas construções discursivas, nossos processos de significação nas nossas mais variadas práticas sociais, atravessadas pelas relações de poder, que constroem o que é diferente, o que pode (ou deve) ser tolerado, o que está de acordo com o que as instituições padronizam como mais adequados e desejáveis.

Nesta linha crítica sob a influência não só de Silva (2001), mas também dos estudos de Michel Foucault (1985;1991), Furlani (2011, p.54) afirma que “as sociedades e as culturas

delimitam ‘lugares’, posicionam sujeitos e demarcam fronteiras entre indivíduos com base no jogo diferença *versus* identidade através da construção de representações que promovem qualificações, hierarquias e desigualdades”. É exatamente neste ponto que Silva (2001) afirma que “a diferença não é uma característica natural: ela é discursivamente produzida” [...] é-se diferente relativamente a alguma outra coisa, considerada precisamente como ‘não-diferente’”. (p.87) No entanto, há que se compreender que problematizar acerca das diferenças socioculturais e políticas requer pensá-las não só como problemáticas discursivas, mas também como não-discursivas, já que são atravessadas por questões econômicas, estruturais. Não podemos limitar a discussão sobre diferença, intolerância e violência apenas às questões da linguagem e do discurso, já que se trata de um emaranhado complexo que envolve fatores econômicos, estruturais, políticos, além do olhar enviesado dos investimentos morais e éticos (BUTLER, 2015). Butler (2015), refletindo sobre a crítica da violência ética, nos leva ao questionamento de quem somos e quais formas de ação política são aceitas como morais e “naturais”, quais atos são necessários para reagirmos à opressão e à violência. Para empreender tal reflexão, a filósofa se ampara na condição ontológica do ser, ou seja, na tese de que nos constituímos de outros, por isso devemos nos relatar pelo outro, nos perguntar pelo viés do outro.

Neste mundo plural, o reconhecimento da diferença é imperativo, já que uma intervenção política efetiva por cidadãos depende de diálogos construídos por meio das diferenças na esfera pública, nos mais variados níveis: locais, regionais e globais. No entanto, Chouliaraki e Fairclough (1999) chamam a atenção para o fato de que o diálogo não necessariamente prevê o consenso, mas entrecruza diferentes vozes, alianças, aceitações, que não suprimem a diferença, mas emergem como uma voz, por vezes, deslocada e “estranha” em questões específicas. O trabalho discursivo-crítico, abordagem a que este estudo se vincula, permitirá compreender que a contestação e lutas de resistência contra ações, práticas e estratégias sociopolíticas e culturais são parte da contestação e lutas sobre construções discursivas, que buscam desvelar simplificações e seletividades (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012), responsáveis pelos obstáculos que impedem a transformação social, e que, na maioria das vezes, produzem todo o tipo de violências. Problematizando os conceitos de hegemonia, contingência e universalidade, Butler (2011, p.20) assume que a transformação social “não ocorre apenas reunindo massas em favor de uma causa”, mas pelas rearticulações produzidas pelas práticas sociais que permitirão “novos horizontes conceituais sejam abertos por práticas anômalas e subversivas.”

2. ANÁLISE DE DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA: FERRAMENTA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Norman Fairclough, no âmbito dos estudos discursivos críticos, também sob forte influência das abordagens críticas e das epistemologias pós-modernas, oferece uma abordagem ontológica do discurso para se discutir problemas sociais contextualmente situados por meio de uma análise discursiva textualmente orientada (ADTO), à luz de um paradigma interpretativo crítico (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.95), ressaltando que a explanação crítica requererá tanto movimentos discursivos, quanto não-discursivos (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999).

Nosso objetivo neste artigo é compreender como os textos naturalizam as relações de poder tecendo significados em construções discursivas aparentemente adequadas às instituições e às estruturas a que se vinculam, a fim de posicionar leitores/as leitoras em construções discursivas particulares. Dessa forma, alguns aspectos discursivos, em práticas sociais contextualizadas, podem implicar a legitimação de ações particulares e determinar modos de conduta e atitudes. Isso ocorre porque textualmente podemos construir/representar/imaginar o mundo social em perspectivas específicas, particulares (FAIRCLOUGH, 2003, p.8). Fairclough (2003, p.124), então, assume “discursos como formas de representar os aspectos do mundo – os processos, relações e estruturas do mundo material, o mundo mental de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, o mundo social.” O que nos leva a admitir junto a Theo van Leeuwen (2005, p.104) que “discursos não são somente sobre o que fazemos, mas sempre sobre o motivo pelo qual estamos fazendo isso”. Por isso dizemos que discursos produzem certas universalidades, relações de gênero, no exercício do poder, mas também geram certas causalidades, já que são construções de realidades atravessadas por atitudes, ideias e exercício de poder, que causam seletividades, condensações e simplificações acerca dos objetos discursivos (FAIRCLOUGH, 2003, VAN LEEUWEN, 2005).

As construções discursivo-ideológicas acerca do corpo feminino da amamentação produzidas por leitores/as em contexto de práticas midiáticas digitais serão analisadas por meio do que Nogueira (2015)³ denominou de “reações discursivas”, mas ampliada por AUTOR (2016), neste artigo.

Segundo Recuero (2014, p.16), a *Comunicação Mediada por Computador* “está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social” (p.16),

³ A noção de “reações discursivas” foi desenvolvida por Nogueira (2015) em sua dissertação de mestrado denominada Facebook como espaço de legitimação virtual: uma análise de posts e reações discursivas em páginas de ONGs ambientais.

uma vez que permite às pessoas seja anonimamente, seja explicitamente se posicionarem acerca de qualquer tipo de assunto, com um número amplo de pessoas. Thompson (1998, p.29), discutindo acerca do desenvolvimento dos ciberespaços, afirma que tais espaços “tornam as pessoas capazes de agir e interagir à distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo”, experimentando novas formas de agir e interagir sociotemporalmente, constituindo novas relações sociais, e performatizando identidades. O espaço público digital construído por estas formas de agir e interagir mediadas pelo computador gera nas pessoas uma presunção de anonimato já que o corpo ali não está inscrito fisicamente e ainda há a possibilidade de se usar um perfil *fake*.

A interação, segundo Recuero (2014), pode ocorrer através de algumas ações, quais sejam: “curtir”, “compartilhar”, e “comentar”. Interessa-nos, neste estudo, a ação e interação gerada por meio de comentários, já que proporciona “uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação” (RECUERO, 2014b, p.120), mostrando “também as relações que ali emergem e as práticas sociais e linguísticas que ali tomam forma”. Dessa forma nosso objetivo, como bem pontua Hine (2004, p.17), no âmbito dos estudos etnográficos virtuais, “é tornar explícitas certas formas de construção de sentido das pessoas, que sugerem ser tácitas ou que são supostas.”

Dessa forma, são consideradas “reações discursivas” os comentários produzidos pelos/as leitores/as referentes às notícias veiculadas em textos midiáticos digitais, ou seja, são as formas pelas quais os atores sociais agem e interagem discursivamente em direção a um fenômeno, a um participante (quem), a um tema e/ou assunto noticiado. Reações cujos ângulos e perspectivas discursivas são direcionados à fala de alguém, ou ao assunto do texto postado. Podem ocorrer, portanto, reações transacionais que se dão em relação ao comentário de outro participante, mas também reações não-transacionais, aquelas referentes aos assuntos noticiados nos textos midiático. Para configurar os tipos de reações discursivas, foi adotado o modelo de avaliação proposto por Peter White (2004) para abordar avaliação e perspectivas em discursos, materializados em textos, porque a abordagem deste pesquisador:

está interessada nas funções sociais desses recursos, não simplesmente como formas através das quais falantes/escritores individuais expressam seus sentimentos e posições, mas como meios que permitem que os indivíduos adotem posições de valor determinadas socialmente, e assim se filiem, ou se distanciem, das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão. (WHITE, 2004, p.177)

Os significados atitudinais, segundo White, podem ser agrupados em três campos semânticos: (i) *afeto*, associado à emoção, os textos indicam posições negativas e positivas acerca de algo. (ii) *juízo*, vinculado à aceitabilidade social de um dado comportamento, os textos

apontam para sentimentos ligados a um sistema de norma e padrão moral e social. (iii) *apreciação*, avaliada em termos de qualidades estéticas. Essas ativações atitudinais e avaliativas podem se realizar de maneira direta ou indireta (implicadas e/ou pressupostas nos textos). Para White (2004, p.183), os sentimentos são construídos de diferentes formas: “no Afeto, a ação da emoção é indicada de forma direta – os sentimentos são apresentados como reações incidentais e personalizadas de sujeitos humanos a algum estímulo.” Enquanto Julgamento e Apreciação são “de alguma forma, institucionalizados e reapresentados como qualidades inerentes ao fenômeno avaliado em si.” (p.183). As construções de julgamento dizem (ou prescrevem) sobre a forma correta de se comportar na sociedade.

Considerando o modelo de avaliação e engajamento desenvolvido por Peter White e a definição de “reação discursiva”, proponho 6 tipos de reações principalmente para a análise das práticas sociais (em especial, as midiáticas) envolvendo relações e identidades de gênero: *Reações discursivas engajadas (refuta, contrapõe, concorda, endossa)*, *Reações discursivas de condenação (julga moralmente)*, *Reações discursivas de admiração (julga positivamente as condutas sociais)*, *Reações discursivas de crítica (julga negativamente as condutas sociais)*, *Reações discursivas de aprovação (elogia positivamente)*, *Reações discursivas de apreciação (avalia qualidades estéticas)*. As reações discursivas estão sendo tomadas, neste artigo, como um tipo de categoria analítica que nos permitirá perceber e explorar as maneiras particulares de representar e de identificar (-se), materializadas em textos, em práticas midiáticas digitais por meio de comunicação mediada por computador. O discurso como potencial da linguagem em uso para significar, como momento das práticas sociais, se realiza dialeticamente de três modos simultaneamente, segundo Fairclough (2003): modo de agir, de representar e identificar, os quais se ligam respectivamente aos três significados discursivos: *significado acional, representacional e identificacional*, que se materializam sociosemioticamente, dentro de um sistema de ordens do discurso, como: gêneros discursivos, discursos e estilos. Segundo Fairclough (2003), os três significados de articulam aos três eixos epistemológicos problematizados por M.Foucault, em sua vasta obra: eixo do poder (acional), eixo do saber (representacional), e ética (identificacional), de maneira que levam Ramalho e Resende (2011, p.51) a definirem discurso como “maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupondo controle sobre as coisas e conhecimento.”, e estilo como “maneiras de identificar a si e aos outros pressupõem identidades sociais e individuais, ligadas às relações consigo mesmo, ao sujeito moral”. (p.51).

3. CORPO FEMININO E PRÁTICA DA AMAMENTAÇÃO: DAS REAÇÕES DISCURSIVAS ÀS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

Para dar continuidade às reflexões iniciadas, e antes de passarmos à análise das reações discursivas, serão abordadas as temáticas que atravessam a notícia. A discussão em torno da prática da amamentação em público ganhou relevo e força em todo o país, em função principalmente do ativo movimento feminista e principalmente dos blogs feministas nas redes sociais. Mas o assunto já era polêmica desde 2011, quando a antropóloga Marina Barão foi proibida de amamentar seu filho Francisco, na época com três meses, no espaço do Itaú Cultural⁴ em uma exposição de arte no espaço cultural, em São Paulo. Esse fato foi amplamente divulgado e circulado nas redes sociais, em blogs e matérias jornalísticas. A alegação para tal proibição é que a instituição não permite que se alimentem no local. Em resposta à situação, [um grupo de mães se mobilizou, por meio de redes sociais na internet, para realizar um mamaço no Itaú Cultural da Avenida Paulista](#)⁵. O *mamaço* ficou reconhecido como uma prática de resistência e de repúdio a tal proibição e se caracteriza por ser uma reunião de mulheres que alimentam seus filhos livremente em forma de protesto, ou seja, amamentam seus/suas filhos/as, exibindo seus seios, livres de panos, fraldas, camisas, entre outros. Mulheres e mães costumam organizar esses eventos em locais que discriminam a amamentação, e são lideradas por ONGs, Blogs, Sites, Fanpages que tratam de saúde da mulher, maternidade ativa, parto humanizado, além de blogs feministas. Em 2014, outro fato reforçou a polêmica em torno do assunto: uma modelo, em visita à exposição sobre David Bowie, no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, foi repreendida por amamentar em público a filha de sete meses. Não são fatos isolados; a repreensão e a proibição relativas a este tipo de situação tem sido recorrentes em todo o país, e em vários locais do mundo. Há vários relatos, campanhas e movimentos, repudiando tal proibição, e estão amparados no fato de que a prática da amamentação, o aleitamento materno, é um direito de existência da criança, pois, além de alimentá-la, reforça o vínculo entre mãe e filho/a.⁶

As mulheres, na grande maioria das vezes, são forçadas a se retirarem dos locais públicos, são constrangidas e assediadas tanto moralmente quanto fisicamente. Há uma evidente rejeição

⁴ <http://www.bolsademulher.com/familia/amamentar-em-publico-e-errado-fotos-chocam-para-conscientizar>. Acesso: 20 out. 2016.

⁵ <HTTP://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/mulheres-fazem-mamaco-pelo-direito-de-alimentar-os-filhos-em-sp>. Acesso: 20 out. 2016.

⁶ No México, há uma campanha disponibilizada no site whennurturecalls.org, que promove a tese de que um bebê nunca deve ser alimentado dentro de um banheiro (ou local isolado), porque além de ser um local bastante propício às bactérias e germes, ainda coloca mãe e bebê afastados e isolados do convívio social, e muitas vezes expostos à falta de segurança. O [Projeto Looove](#), da jornalista Catarina Beato e do fotógrafo Tiago Figueiredo, de Portugal. As fotos registram mulheres amamentando em locais públicos.

pública pela exposição do corpo feminino, em específico os seios, ali visíveis para tão-somente a prática de aleitamento, sem o menor indício de conotação sexual ou obscenidade. Violência que sofreu a Deputada Manuela D'Ávila, do PCdoB/RS, ao postar fotos, em seu FB, amamentando sua filha Laura durante um debate sobre maternidade, feminismo e academia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁷, e também em uma sessão da Câmara dos Deputados. Tais imagens viralizaram nas mídias sociais, a Deputada foi elogiada, mas também ofendida pelo fato de ter amamentado em locais públicos.

Em resposta às reações, a Deputada, militante da prática da amamentação, problematiza:

*O que chama atenção na foto em minha opinião? Mulheres em espaço de poder, crianças em espaços de poder, vida em espaços de poder. A política é masculina e machista, a política não tem espaço para as mulheres, a política não tem espaço para o que nos diferencia dos homens, a política não tem espaço para a ingenuidade e para a alegria das crianças, não tem espaço para a naturalidade com que conciliamos nosso trabalho e nossas lutas com nossos bebês. Levar Laura comigo tornou-se, sem que eu percebesse, uma forma de resistir a política que desumaniza.*⁸

Há, portanto, um claro constrangimento simbólico. Bourdieu (2011, p.46), em *Dominação Masculina*, afirma que as estruturas de dominação “são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições [...]”. É inadmissível tratar a prática da amamentação em público como algo indesejável e anormal já que amamentar não é um ato sensual, é uma necessidade de alimentação de um bebê. É preciso compreender essa dimensão da nossa existência.

Passemos à análise das reações discursivas empreendidas pelos/as leitores/as quanto ao corpo feminino e à prática de amamentação em público a partir da notícia jornalística que relata a defesa do projeto de lei proposto pelo governo de Fernando Haddad, em São Paulo. A notícia, circulada em 14/04/2015, intitulada *Haddad aprova lei para multar quem impedir amamentação em público* - Estabelecimentos da capital estão sujeitos à multa de R\$ 500. Projeto foi criado após mãe ser impedida de amamentar em público no Sesc, informa os/as leitores/as do sancionamento da LEI Nº 16.161, DE 13 DE ABRIL DE 2015⁹, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no Município de São Paulo, e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 843/13, de autoria e

⁷ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2016/07/01/noticiasbrasil,3630915/deputada-manuela-d-avilla-amamenta-filha-durante-sessao-e-repercute.shtml>. Acesso: 20 out. 2016.

⁸ Disponível em: <http://www.tudoetodas.com.br/post/deputada-manuela-davila-comenta-foto-de-amamentacao-que-repercutiu-em-diferentes-paises-do-mundo>. Acesso: 20 out. 2016.

⁹ Disponível em: <http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/leis/L16161.pdf>. Acesso: 14 out 2016.

responsabilidade dos Vereadores Aurélio Nomura - PSDB, Patrícia Bezerra - PSDB e Edir Sales – PSD, foi decretado e promulgado pela Câmara em 10/03/2015, e traz como principais artigos:

Art. 1º Todo estabelecimento localizado no Município de São Paulo deve permitir o aleitamento materno em seu interior, independentemente da existência de áreas segregadas para tal fim.

Art. 2º Para fins desta lei, estabelecimento é um local, que pode ser fechado ou aberto, destinado à atividade de comércio, cultural, recreativa ou prestação de serviço público ou privado.

Art. 3º O estabelecimento que proibir ou constranger o ato da amamentação em suas instalações estará sujeito à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo que em caso de reincidência o valor da multa duplicará.

O texto deixa claro que as mães podem amamentar seus/as filho/as em qualquer local público (aberto ou fechado), independente de alguns espaços terem algum tipo de “áreas segregadas”. A notícia obteve, no dia da captação da amostra para este estudo, 101 comentários, produzidos pelas masculinidades e feminilidades ali constituídas (estou considerando os nomes utilizados por eles como parâmetro); no total, colaboraram, construíram e negociaram interativamente 46 pessoas: 24, femininos, e 22, masculinos. Dessa interação, houve uma significativa recorrência de quatro tipos de reações discursivas: *engajadas* (concordar, endossar e refutar), *condenação* (julga moralmente o outro pelo comentário realizado), *admiração* (julga positivamente a conduta social dos participantes) e *crítica* (julga negativamente a conduta social dos participantes).

No entanto o que nos chama atenção é a escolha do tópico pelos/as participantes. A interação não se desenvolve em torno da consistência ou legitimidade do Projeto de Lei, mas do olhar do masculino e do feminino acerca dos seios expostos, durante a prática da amamentação. A legitimidade e importância do Projeto aparecem em segundo plano. Fairclough (2001[1992]), mostrando a importância de se estudar o controle de tópicos para a análise da construção das relações sociais e do “eu”, baseando-se nos estudos de Harvey Sacks, aponta que “as formas pelas quais as pessoas de fato conectam tópicos, ao conversarem seguindo um tópico, permitem aprofundar as preocupações da vida comum e a estruturação de senso comum do mundo da vida.” (p.195).

A interação mediada virtualmente inicia-se a partir do comentário do InteracM1¹⁰, ao que parece ser um homem, acerca do corpo da mulher/mãe durante a prática de amamentação. Observe que o comentário não se refere à coerência, necessidade, ou mesmo, à validade do Projeto: “*nada*

¹⁰ Vou usar Interac para me referir aos interactantes da interação mediada, e reac, para se referir aos reagentes do tópico. Para uma melhor compreensão e por questões éticas, usarei M, para indicar masculinidades, F, para as feminilidades. Então, teremos InteracM1, e ReacF1, por exemplo.

contra, ainda mais se forem uns seios bonitos, firmes. Há uma hora e quando o neném fica tirando a boca...hmmmm...bico durinho, molhadinho...hmmm”

InteracM1 produz uma reação discursiva engajada ao concordar com os termos do Projeto de Lei (*nada contra*), no entanto acrescenta-se a essa concordância uma apreciação concessiva (*ainda mais se*) positiva em relação à estética do corpo da mulher: *seios bonitos, firmes*. Observe que a concordância só se dá porque ele terá gozo (manifesto pelo uso de *hmmm*) com a exposição dos seios da mulher durante a prática da amamentação: *o neném fica tirando a boca*. Ele representa a prática do aleitamento materno pelo viés da sexualização, da objetificação do corpo da mulher, performatizando essa prática não como algo maternal, mas sexual, libidinoso. Brodsky (2016, p.44) argumenta, no âmbito psicanalítico, que “o olho é um órgão glutão, que se satisfaz com a imagem. Satisfazer-se, gozar com as imagens, parece ser um traço da época em que vivemos [...]” No entanto esse gozo jubiloso pela contemplação da imagem não passa de uma violência simbólica executada pelas performances do masculino, da virilidade, da potência, da naturalização de que todo homem tem um instinto sexual incontrolável, e que seria normal olhar para os seios da mulher e enxergá-los como um objeto sexual. O comentário é o ponto de partida para a construção da interação, como se observa abaixo:

ReacF1: To falando gente!!! existe doente pra tudo!!!! olha o comentário do XX nada contra, ainda mais se forem uns seios bonitos, firmes... XX há uma hora E quando o neném fica tirando a boca...hmmmm... bico durinho, molhadinho... hm Lamentável!! Mais Infelizmente MÃES é isso que acontece. eu como mulher e mãe prefiro me preservar a ter que ouvir ou lê certos comentários. quem concordar curti Abraços

ReacM1: Você também é outra CHATA que já fez trocentos comentários aqui. Deve ser feia e que dói! CHATA! Quer mostrar essa te ta murcha ai, mostre. Ninguém está nem ai! CHATA!

ReacF2: É devido a esses comentários, que se nota o quanto tem doente para tudo... *Que nojo esse comentário do XX*.

ReacM2: EU COMO PAZTOR DE IGREJA ACHO ISO UM ABISURDO! NINGUEM TEM QUE FICA VENDENDO CEIO DOS OTROS PORQUE É PECADO. ESTUDEM MAS A BIBLÍÁ, DEUZ NUNCA QUIZ QUE ADÃO E EVA FICACEM PELADOS DESDE A CRIASÃO!

ReacF1 reage discursivamente por meio da condenação, ou seja, julga moralmente o comportamento de InteracM1 acerca do corpo feminino durante a prática da amamentação: *existe doente pra tudo!!!!, Lamentável!!!* Ao afirmar que existe doente para tudo, ReacF1 pressupõe que ele tem um comportamento não só anormal, mas também imoral, violento e obsceno, e é endossada pela reação de ReacF2: “*que nojo esse comentário de XX*”. Ao condenar moralmente a conduta de InteracM1 e qualificá-la como doente e repugnante, tanto ReacF1 quanto ReacF2 colocam em xeque as regulações normativas do gênero masculino e suas performances.

O discurso de que é mais sensato “preservar o corpo” a ter de submetê-lo a determinadas violências simbólicas é recorrente também entre as reações femininas. Embora com potenciais significativos diferentes: enquanto algumas endossam a proteção do corpo para se esquivar do olhar sexual do masculino; outras reforçam a tese do corpo feminino casto, sagrado. ReacM1 critica o julgamento feito por ReacF1, ridicularizando-a em público a partir da desvalorização não só do corpo físico (*deve ser feia que doi; mostrar essa te ta murcha*) mas também do atributo desqualificador, repetido 3 vezes, em caixa alta: CHATA. Ao fazer isso, executa performances da regulação do gênero que associam sempre as falas de mulheres empoderadas à desvalorização estética. Mulheres consideradas feministas são, na maioria das vezes, avaliadas como chatas, feias, gordas e solteironas; falas que tem um caráter fortemente performativo, pois produz “uma verdade” sobre a performatividade da mulher crítica, assertiva e empoderada. Segundo Butler (1997), a linguagem da opressão coloca em jogo formas de violência por meio de insultos, tal como ser designada como CHATA, feia e avaliada ainda negativamente (*te ta murcha*). ReacM2 não desqualifica por meio de zombaria, mas condena tal prática (ACHO ISO UM ABISURDO!), reforçando a tese de que os seios são sagrados, porque fazem parte do corpo da mulher casta e santa, conforme regulação discursiva da instituição a que pertence (Igreja) que produz um tipo de moral sexual acerca deste corpo (NINGUEM TEM QUE FICA VENDENDO CEIO DOS OTROS PORQUE É PECADO).

Rocha e Ferreira (2002, p.15) afirmam que há uma iteração de um “sentimento de vergonha e de humilhação resultante do ‘gozo’, da ironia, do achincalhamento por referência a situações de exposição pública dos afectos [...]”. Ao afirmar que é melhor “preservar o corpo” (uma fralda para cobrir) do que expô-lo ao escrutínio do agressor masculino, reforça as performances do masculino em relação ao feminino: da invisibilidade, do silêncio, do que é interno e contido.

ReacF2: Na cabeça das pessoas *q odeiam ver mulher amamentando*, tem que ter uma fralda para cobrir, mas se a mulher esqueceu a fralda então não tem q amamentar, o bebê morre de fome *pq os puritanos tem vergonha de "ter que ficar olhando" uma mãe amamentar*

ReacM3: *Que exagerada você, em ? Que morre de fome nada e outra, uma fraude na bolsa é o básico, mas vocês preferem encher a bolsa de porcarias como batom, ruge, preservativos, tampax !*

ReacF3: Ruge"!!!!!!! hahahahahahahahahahaha..pacabá!!

ReacM3: yy , Ruge, Urge , Rouge, Massa Corrida, tanto faz...lavou saiu mesmo ! hihihihihihihhi.

ReacM4: *q mae sai com a criança e n leva fralda ? tu es muito anta*

ReacF2: *pp Nossa qtos filhos vc já teve para saber que onde a mãe/ pai vai levará uma fralda e nunca esquecerá? Sem noção.*

ReacF2: *Com ctz um preservativo e um tampax é muito mais necessário que uma fralda. Agora ruge me desenha q nunca ouvi nem comi.*

ReacM3: *tt, não comeu , mas já deu !*

Interessante notar a reação de ReacM3 em relação à tese defendida por ReacF2: de que a prática da amamentação antes de ser uma exposição de seios, é uma necessidade básica de alimentação da criança e que portanto merece ser respeitada, em qualquer lugar. De forma naturalizada, como ocorre em tantas outras interações entre gêneros, ReacM3 a qualifica como “*exagerada*”, e mais uma vez desqualifica as ações, gostos e desejos da mulher: *mas vocês preferem encher a bolsa de porcarias*. Destaca, inclusive, o preservativo como um tipo de futilidade e frivolidade, enfatizando a não-aceitação da sexualidade da mulher. Ao fazer isso, produz uma reação discursiva crítica, pois julga negativamente (e de maneira desvalorizada) os modos de viver, falar e se vestir das mulheres, representando-as como pessoas superficiais, incapazes, não-confiáveis, pois não são capazes de colocar uma fralda na bolsa: *frauda na bolsa é o básico*. ReacM3 e ReacM4, ao questionarem a capacidade das mulheres em relação aos cuidados do bebê, reforçam o discurso da mulher sofredora, merecedora de dor, que corrobora a naturalização da maternidade como construção do feminino (Cf. BOCCHI, 2016).

Essa atribuição desqualificada acerca da ação da mulher é também endossada por ReacM4 ao designar ReacF2 como “*muito anta*”. Ao executar esse ato de fala associando metaforicamente as qualidades e comportamentos deste bicho aos da mulher, performatiza essa identidade, iterando, de maneira intensificada, as performances de mulheres como inferiores, lentas, e até burras. Segundo o site ThinkOlga, essas reações discursivas masculinas não passam de *mansplaining* que é o ato de desmerecer o conhecimento de uma mulher, ao questioná-la acerca do despreparo em relação à fralda. “É tirar dela a confiança, autoridade e o respeito sobre o que ela está falando. É tratá-la como inferior e menos capaz intelectualmente.”¹¹

ReacM3 finaliza esse momento da interação reagindo, de maneira ofensiva (em relação à normativa regulada do gênero feminino), à crítica irônica executada por ReacF2 à respeito do uso do termo “*ruge*”. Há neste momento um desvio da agenda estabelecida (a desnecessária exposição do seio, a preservação do corpo, olhar hipersexualizado), estratégia usada por ReacF2 para desqualificar, expondo-o ao ridículo já que presumidamente o designa como antiquado: “Agora ruge me desenha q nunca ouvi nem comi.” ReacM3 reage discursivamente de maneira irônica (não comeu) e ofensiva (mas já deu!), deslocando o tópico novamente para o olhar sexualizado. Essa insistência nos deboches e nas desqualificações (re)produzem um quadro de violência e opressão

¹¹ Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes>. Acesso em: 20 out.2016.

tesão por um seio de uma mulher amamentando..

Esse excerto da interação aponta potenciais discursivo-ideológicos significativos: a hipersexualização do seio, a negação da sexualidade da mulher e o caráter político do sexo. ReacF3 critica, de maneira irônica e negativa (*Para tudo! O Omi ta querendo ensinar a MÃE A CUIDAR DO SEU BEBÊ*), o fato de os reatores masculinos estarem determinando (ta querendo ensinar) o modo pelo qual as mães devem executar a prática da amamentação. Ao fazer isso, ReacF3 endossa as construções discursivo-políticas produzidas e reproduzidas pelos movimentos feministas de que cabe à mulher construir os saberes e poderes sobre os seus próprios corpos, ou seja, a saída do privado, do silêncio, para o espaço do poder, do público, redefinindo novos saberes e espaços para as feminilidades, provocando novos tipos de relações entre os gêneros; o tom de condenação de ReacF3 fica visível com o uso da caixa alta na informação “*MÃE A CUIDAR DO SEU BEBÊ*”. Trata-se de uma reação discursiva engajada baseada no discurso de defesa do feminismo, da militância, principalmente pela forma como nomeia ironicamente os homens, que se performatizam como machistas: *Omi*.

As condutas de marginalização e de exclusão das mulheres dos lugares públicos são iteradas nas reações discursivas de condenação moral produzidas por ReacM5, através do uso de modalidade deôntica de alto grau: “*o que não deve se fazer é expor o peito como se fosse um troféu... Seios de fora causa tesão em homens e constrangimento em algumas pessoas, sejam discretas e cubra levemente o seio com uma frauda, ok?*”. Interessante notar que ReacM5 concorda que a amamentação seja um direito da criança em qualquer lugar, desde que não exponha os seios em público, que o cubra, que o invisibilize, que o contenha. Observe que ele performatiza politicamente esse corpo: *não deve expor; sejam discretas; cubra levemente com fralda*. E, ao fazer isso, naturaliza as possíveis consequências morais desta exposição: *causa tesão em homens e constrangimento em algumas pessoas*. Itera a culpabilização da mulher, colocando-a como a responsável pelo olhar libidinoso do homem, da possível violência a ser sofrida. Para Le Breton (2003, p.40), “essas maneiras de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convêm às mulheres, continuam a lhes ser impostas [...]”. Dessa forma, não é permitido a esse corpo feminino da amamentação ser (ou estar) visível/exposto como um objeto de triunfo ou vitória, tal como analogicamente representado pelo item lexical “troféu”, porque essa exposição cabe apenas ao falo/homem. Observe que é uma reflexão sobre gênero pautada antes na essência do que na historicidade e na cultura.

ReacF5: Causam "tesão" em homem. *Só se for em homem retardado. Melhorem homens!*

ReacM5: Homem retardado não! *Homem normal, porque isto faz parte da natureza, pois é melhor evitar do que curar, então evite!* Abraço.

ReacF5 critica de maneira negativa o comportamento incomum, aos olhos dela, de ReacM5 e sobre a forma como ele naturaliza a relação causal entre seio exposto e desejo/tesão masculino. Ao fazer isso, inclui (e classifica) este tipo de homem *no* grupo dos retardados, julgando-o e condenando moralmente tal fala. Aconselha ainda que os homens, de maneira geral, “melhorem!”; cujo enunciado, com exclamação, “*melhorem homens!*” trata-se de um slogan do movimento feministas que traz uma presunção valorativa, constituindo um julgamento implícito de que eles sejam menos machistas e libidinosos. Já ReacM5 refuta a classificação negativa dada a ele e se autodefine como “*homem normal*”, dando realce às razões pelas quais se sente assim: *isso faz parte da natureza*. Ao afirmar que é da natureza masculina olhar para o seio da amamentação e sentir tesão, ReacM5 reproduz a normativa de gênero/sexo naturalizada e fixada na tese do essencialismo biológico, desconsiderando não só as possibilidades socioculturais das masculinidades e feminilidades, mas, principalmente, o caráter performativo e situacional do gênero. O interessante na reação discursiva dele é a forma como tenta esclarecer o motivo pelo qual os seios devam ser encobertos: *é melhor evitar do que curar, então evite!*. Ao afirmar que algo/alguém precisa ser curado, acaba reconhecendo que esse comportamento não é normal, portanto, se contradiz, reforçando a tese de outras/outros reactantes de que pessoas com este tipo de comportamento são: *doentes, retardados, precisam de tratamento psicológico*. Além disso, de forma iterada enfatiza o discurso de culpabilização da mulher de que cabe a ela evitar que o homem explicita os instintos sexuais. Esse discurso da justificação coloca a relação do homem com o sexo como algo permanente, natural e atemporal, determinando o lugar do homem sempre como desejante, aprisionado na potência, na virilidade e no gozo. Ao ordenar “então, evite!”, ReacM5, de forma injuntiva, se engaja politicamente, por meio de uma ameaça simbólica.

Nos três excertos de interação analisados, observamos, conforme afirma Recuero (2013, p.62), que “a conversação em rede é um espaço frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e, mesmo, pela propagação da violência” (RECUERO, 2013, p.62). A distância física, o anonimato, a pseudoliberalidade de poder dizer o que se quer, na grande maioria das vezes, leva as pessoas, tanto homens quanto mulheres, a produzirem reações discursivas que enfatizam atos de violência e performatizam, neste estudo especialmente, os corpos das feminilidades segundo normas e regulações essencialistas de gênero. Há, nas reações discursivas, uma presunção político-cultural de que há uma universalidade e unicidade genérica, ou uma construção binária estanque e estática do ser homem e ser mulher, tornando explícito o equívoco de se pensar que há uma “ilusão de uma substancialidade prévia, e a interpretação dos

efeitos do ritual performático do gênero como emanções necessárias ou consequências causais desta substância prévia.” (BUTLER, 2011, p.37).

Para finalizar, observemos o único momento da interação em que um dos reatores tenta problematizar o projeto de lei, foco da notícia.

ReacM6: Fala isso para uma criança de 0 a 6 meses quando ela sentir fome, tenta explicar para essa criança para ela ter paciência e espera *até que a mãe encontre um local apropriado e longe da sua vista* [...]

ReacM7: M6 , por isso que acho que *a lei precisa ser mais específica , além de todo estabelecimento público reservar área apropriada para tal ato .Se vc não sabe , existe uma lei no código penal que pune o atentado violento ao pudor, e isto cabe jurisprudência*, ou seja, pode ser interpretada de forma diferente.Entendeu ou quer que eu desenhe?

ReacM8: M7, você não é obrigado a ver o seio de ninguém, e uma criança também não é obrigada a passar fome até chegar em casa ou algum lugar reservado para aleitamento. [...]

ReacM7: M6 , por isso que esta lei é inócua , precisa ser mais abrangente , *o prefeito deve obrigar todo estabelecimento público a ter área reservada para a amamentação* , fui claro agora?

O excerto acima retrata uma interação entre homens. Enquanto uns repudiam a amamentação em público devido suposta “certeza” de que os seios ficarão expostos, reforçando a objetificação do corpo da mulher e desconsiderando as necessidades do bebê, outros já reagem de maneira positiva à prática da amamentação em público com os seios a mostra. Porque é exatamente esse o ponto que baliza toda a construção da interação: na troca sociocomunicativa analisada o tópico estabelecido refere-se antes à exposição dos seios e a relação com constrangimento, pudor e gozo, do que propriamente com os termos assentados pelo Projeto de Lei. Observa-se, portanto, um deslocamento da pauta desenvolvida pela notícia, aliás, na realidade, há um apagamento, uma exclusão do tópico principal: projeto de lei que irá multar estabelecimentos que proibam mulheres de amamentarem seus/suas filhos/filhas, em público. O fato de a lei permitir isso não implica necessariamente que todas as mulheres amamentarão seus bebês com os seios à mostra, como muitos reactantes propuseram de forma tão naturalizada e preconceituosa.

Interessante perceber que ReacM7 não concorda com os termos do Projeto de Lei, ou, de fato, não parece compreender que a Lei justamente abre espaços para que a prática da amamentação ocorra fora de local reservado, privado, contido, distante do movimento do público e da segurança. Ao afirmar que *“a lei precisa ser mais específica, além de todo estabelecimento público reservar área apropriada para tal ato.”*, ele se contradiz ao qualificar a lei como “inócua”, afirmando a necessidade de ser mais abrangente por ser inofensiva e inocente, ou seja, uma proposta de argumentação totalmente vaga e incoerente: *“por isso que esta lei é inócua, precisa ser mais abrangente, o prefeito deve obrigar todo estabelecimento público a ter área reservada para a*

amamentação.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que perpassa essa polêmica não se trata, claro, da importância e da necessidade do aleitamento materno, mas o fato de que vivemos em uma sociedade sexista, misógina, dominada pelas perspectivas e normas ensejadas e performatizadas pelas masculinidades. São performances do masculino que objetificam e hiperssexualizam o corpo das feminilidades, ao mesmo tempo em que o performatiza como um corpo santo/maternal, puro, casto que precisa ser, portanto, invisível, contido, fechado.

O ato físico de colocar o seio para fora, na prática da amamentação em público, desloca a regulação da normativa do gênero feminino para a norma do masculino: visível, fora, exposto. Como problematiza Bourdieu (2011), para desconstruirmos a dominação do masculino, é preciso pensar que há um sistema de oposição binário que constitui o feminino (privado, dentro, baixo, escondido) e masculino (público, fora, alto, visível). Assim que no momento em que as mães decidem por colocar o seio em público, são deslocadas totalmente do feminino e de sua matriz maternal, privada, casta: o seio da “fecundidade, da plenitude vital, do esquema de preenchimento” (BOURDIEU, 2011:21). As performances masculinas sobre o corpo feminino normativo, regulado, incidem sobre alguns atos: manter seios cobertos, pernas fechadas, falar baixo, sem muitas gesticulações, usar tons pastéis em vestidos ou saias longas ou midi. Há uma naturalização de uma ética que regula as feminilidades e as masculinidades, ou seja, uma política corporal que performatiza os corpos e gêneros, mantendo “a mulher encerrada em uma espécie de cerco invisível limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo.” (BOURDIEU, 2011, p.39).

Fato é que esses atos performativos são naturalizados pela iterabilidade e pela citacionalidade, ou seja, os atos de fala “escondam seios com fralda/pano, os seios duros da amamentação nos causam tesão, mulher tem de se preservar” se repetem nas mais variadas práticas sociais e propagados pela família, amigos, igreja, anônimos, nas mais variadas instituições. (BUTLER, 2015).

Recebido em: agosto de 2017
Aprovado em: setembro de 2017
mcgomes@ufv.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D. L. P. de. Intolerância, preconceito e exclusão. LARA, G.P; PACHECO, R. *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p.61-78.
- BOCCHI, A.F.A. A militância feminina na WEB: o funcionamento da argumentação em discursos sobre a violência no parto. *Linguagem (dis)curso*. Vo.16.n.02. Tubarão. Mai./ago, 2016.pp.1-15.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRODSKY, G. Meu corpo e eu. *Revista Cult*. V.211. 2016. p. 7
- BUTLER, J. *Excitable Speech: a politics of the performative*. Nova York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos pagu* (11), 1998. p.11-42.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Replantear el universal: La hegemonia y los límites del formalismo. In BUTLER, J; LACLAU, E; ZIZEK, S. *Contingencia, hegemonía, universalidad: Diálogos contemporâneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011. p. 19-50.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis*. A method for advanced students. London: Routledge, 2012.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 32 edição. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula. Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HINE, C. *Etnografia virtual*. Barcelona, Editorial UOC. Disponível em: (primeiro capítulo). Acesso em: 15 jul. 2009.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RECUERO, R. Atos de Ameaça a Face e a Conversação em Redes Sociais na Internet. In: PRIMO, Alex. (Org.). *Interações em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013. v. 1, p. 51-70.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook - *Revista Verso e Reverso (Online)*, 2014b., v.28, n. 68.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014a.

ROCHA, C. FERREIRA, M. Aprender a ser rapaz entre rapazes e raparigas: masculinidades em duas escolas C+ S do distrito do Porto. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 2002.XLII, n.1-2: separata.

SILVA, T.T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TIBURI, M. Judith Butler. Feminismo como provocação. *Revista Cult*. 2013. Ano 16. 185. Nov.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. New York: Routledge, 2005.

WHITE, P. Valoração – Linguagem da Avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, 2004. v.4, n.esp, pp.178-205.